

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.082.104 - AC
(2017/0087957-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : ERSIVANDO TORQUATO DO NASCIMENTO
ADVOGADOS : JOÃO TOTA SOARES DE FIGUEIREDO FILHO -
AC002787
JONATHAN XAVIER DONADONI E OUTRO(S) -
AC003390
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

ERSIVANDO TORQUATO DO NASCIMENTO agrava da decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Acre** nos Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Apelação Criminal n. 0019800-90.2012.8.01.0001.

A defesa pretende, por meio do recurso especial a absolvição do recorrente, por violação dos arts. 158, *caput*, e 386, VII, ambos do Código de Processo Penal.

O recurso especial foi inadmitido durante o juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do recurso especial.

Decido.

Não merece reparo a decisão ora agravada, que corretamente não admitiu o recurso especial em razão da sua **intempestividade**.

O acórdão que rejeitou os embargos de declaração foi disponibilizado no DJe em **22/12/2016**, conforme certidão aqui juntada à fl. 970, considerado publicado no primeiro dia útil seguinte, qual seja, **9/1/2017**. O recurso especial, no entanto, foi protocolado **apenas em**

31/1/2017 (fl. 975), **portanto fora do prazo legal (15 dias corridos)**, consoante o disposto nos arts. 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil e 798 do Código de Processo Penal.

Após o juízo negativo de admissibilidade realizado pela Corte local, a defesa, nas razões do agravo em recurso especial, afirma que "conjugados os artigos 220 do CPC e 3º do CPP, combinados com os termos da portaria conjunta n. 07/2016 TJAC, depreende-se que os prazos processuais restaram suspensos dos dias 20 de dezembro de 2016 a 20 de janeiro de 2017" (fl. 1.028).

Contudo, a Corte Especial deste Tribunal Superior, no julgamento do **AREsp n. 957.821/MS**, em 20/11/2017, **definiu que é ônus da parte** colacionar o ato normativo local com previsão de recesso judiciário e período de férias coletivas, mediante documento idôneo, **no momento da interposição do recurso**, o que não ocorreu *in casu*.

Ademais, "A suspensão do curso dos prazos processuais prevista no art. 220 do NCPC, regulamentada pela Resolução CNJ n. 244, de 19/9/2016, não incide sobre os processos de competência da Justiça Criminal, visto que submetidos, quanto a esse tema, ao regramento disposto no art. 798, caput e § 3º, do CPP. A continuidade dos prazos processuais penais é afirmada, no caso, pelo princípio da especialidade" (**AgRg no AREsp n. 1.070.415/SP**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 22/05/2017.)

A propósito:

[...]

1. É intempestivo o agravo em recurso especial interposto fora do prazo de 15 dias corridos, nos termos do art. 994, VIII, c/c os arts. 1.003, § 5º, e 1.042, todos do Código de Processo Civil, e também art. 798 do Código de Processo Penal.

2. **Em razão do princípio da especialidade, os prazos previstos no art. 220 do CPC, regulamentados pela Resolução 244/CNJ, não incidem aos processos criminais, tendo em vista o regramento disposto no art. 798, caput, e § 3º, do CPP.** Precedentes.

3. O recesso judiciário e o período de férias coletivas, em matéria processual penal, têm como efeito, em relação aos prazos vencidos no seu curso, a mera prorrogação do vencimento para o primeiro dia útil subsequente ao seu

término, não havendo interrupção ou suspensão (AgRg no Inq 1.105/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/03/2017, DJe 19/04/2017.)

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 1.261.954/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 13/9/2018, grifei)

Diante de tais considerações, entendo irretocável a conclusão do *decisum* ora agravado, ao não haver conhecido do recurso especial, em razão da sua intempestividade.

À vista do exposto, **conheço do agravo** para, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator